

Lopes: A situação das contas públicas não é tão frágil, pois o governo tem o controle dos gastos

*Dívida Pública*

# Lopes descarta risco de explosão da dívida

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Francisco Lopes, discordou das previsões do economista Vito Tanzi, diretor de Política Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI), quanto ao risco de um "crescimento explosivo" da dívida pública, que colocaria em risco o Plano Real, caso o governo não promova um controle rigoroso de seus gastos. "A situação das contas públicas não é tão frágil quanto ele supõe", disse Lopes, ao deixar o Seminário sobre Finanças Públicas promovido pelo Ministério da Fazenda para comemorar o 10º aniversário da Secretaria do Tesouro.

Na segunda-feira, em palestra no mesmo seminário, Tanzi disse que a dívida poderá sair do controle se o governo federal não conse-

guir aumentar seu superávit primário (receitas menos despesas, sem contar gastos com juros) para o equivalente a 3% ou 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Lopes, esse cálculo não é correto. Munido de uma fórmula matemática que inclui variáveis como estoque da dívida, crescimento do PIB e taxa de juros, o diretor do BC sustentou que bastará ao governo obter superávit de 1,5% para que a dívida líquida fique estabilizada.

**Esforço** - Como no ano passado o superávit foi de 0,5% do PIB - e a previsão otimista deste ano não vai além de 1% -, o governo terá, seja qual for a conta certa, de fazer um esforço fiscal para evitar que o endividamento público se agrave. "Eu concordo com a essência, mas divirjo da intensida-

de da preocupação dele", admitiu Lopes. Os cálculos do diretor do BC levam em conta os mesmos juros pagos atualmente pelos títulos públicos e uma estimativa de 3% para o crescimento do PIB, em 1996.

Lopes argumentou ainda que alguns problemas antigos que o governo procurou solucionar este ano, como o prejuízo do Banco do Brasil e a rolagem da dívida dos agricultores, distorcem a análise do comportamento da dívida. Somente nesses dois casos o Tesouro teve que emitir R\$ 14 bilhões em títulos, mais de 10% do estoque total da dívida mobiliária existente antes da adoção dessas medidas. O diretor reconheceu também que o governo precisa reduzir despesas. "O problema é saber onde cortar", afirmou.